



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

Pág. 1 de 64

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 58/2013

Regido pela Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 23/2006 e subsidiariamente pela Lei 8.666/1993; bem como pelo pelas Leis Distritais nº 4.611/2011 e 4.770/2012, Decreto Distrital nº 23.460/2002, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Decreto Federal nº 5450/2005, no que couber, e demais legislações aplicáveis.

OBJETO	Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento sob demanda de carteiras funcionais e porta documentos, conforme a quantidade e especificação estabelecidas neste Edital e seu(s) anexo(s).
---------------	--

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

DATA: 27.11.2013	HORÁRIO DE BRASÍLIA: 14h30
ENDEREÇO ELETRÔNICO	www.comprasnet.gov.br
PROCESSO	26272/13
ESTIMATIVA	R\$ 146.713,89
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
TIPO	MENOR PREÇO
UASG:	974003
PREGOEIRO: Alessandra Ribeiro Astuti EQUPE DE APOIO: Wildson Prado Oliveira Terezinha de Jesus Mendes Oliveira	ENDEREÇO: Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, 70075-901 Brasília, DF, TELEFONE: (61) 3314-2742/ 3314-2147 FAX: (61) 3314-2254. EMAIL: pregao.tcdf@tc.df.gov.br .

OBSERVAÇÃO: O cadastramento no sítio www.tc.df.gov.br/web/site/licitacoes ou www.comprasnet.gov.br é essencial para o encaminhamento automático de mensagens a respeito do andamento do certame. O TCDF não se responsabilizará por erro no encaminhamento de mensagens aos licitantes ou interessados em virtude da ausência de informações ou do cadastramento com informações equivocadas.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2013

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados por despacho Presidencial do dia 05.11.2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá até as **14h30min do dia 27.11.2013 (horário de Brasília)**, PROPOSTAS para contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento sob demanda de carteiras funcionais e porta documentos, conforme a quantidade e especificação estabelecidas neste Edital e seu(s) anexo(s). A licitação será do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. Os procedimentos desta licitação serão regidos pela Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei 8.666/1993, bem como pelas Leis Distritais nº 4.611/2011 e 4.770/2012, Decreto Distrital nº 23.460/2002, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Decreto Federal nº 5.450/2005, no que couber, e demais legislações aplicáveis.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção sob demanda de carteiras funcionais e porta documentos, conforme a quantidade e especificação estabelecidas neste Edital e seu(s) anexo(s).

1.2 Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no *Comprasnet* e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 146.713,89 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e treze reais e oitenta e nove centavos)**, que será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do Contratante, com o seguinte enquadramento:

Programa de Trabalho		Natureza da Despesa		FT
Código Subatividade	Descrição			
01.122.6005.8517.0019	Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Tribunal de Contas do Distrito Federal	33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	100

e no(s) próximo(s) exercício(s) ficará vinculada ao orçamento correspondente.



CAPÍTULO III – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 3.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 3.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 3.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico *via internet*.
- 3.5 A apresentação de esclarecimentos, questionamentos e impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 18 do Decreto Federal nº 5.450/05, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 25.966/05, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: pregao.tcdf@tc.df.gov.br.
- 3.6 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão enviadas eletronicamente, via email, aos interessados cadastrados nos sítios www.comprasnet.gov.br e www.tcdf.gov.br.
- 3.8 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 3.9 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes específicos para impugnar o Edital).



CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCDF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 Não poderão participar desta licitação, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

4.4.1 As empresas que:

I. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

II. estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

III. estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas pelo TCDF, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993

IV. estejam impedidas de licitar e contratar com o Distrito Federal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

4.4.2 As pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO V – DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.



5.2 O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o VALOR TOTAL OFERTADO, considerando e incluindo todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

5.4 O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.7 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

5.8 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9 As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, sendo que os licitantes ficam liberados dos compromissos caso não sejam convocados para contratação dentro do prazo de validade das propostas.

5.10 Será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.



CAPÍTULO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

- 6.1 A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 6.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

CAPÍTULO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 7.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 8.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.4 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.5 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.



8.6 O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

8.7 Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos Lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

8.8 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.10 Encerrada a fase de lances sem que tenha havido disputa, ocorrendo empate entre duas ou mais licitantes, mesmo após a aplicação do disposto nos capítulos IX e X deste Edital, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens:

I - produzidos no País;

II - produzidos por empresas brasileiras.

III - produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.10.1 Permanecendo o empate, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

CAPÍTULO IX – DO EMPATE FICTO

9.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

9.3 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



9.3.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada, pelo sistema, para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do certame, sob pena de preclusão. Caso apresente preço inferior àquela considerada vencedora, será convocada para encaminhar proposta nos termos do item 12.1 deste Edital;

9.3.2 não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.3.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.3.4 na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, a empresa ofertante da proposta originalmente vencedora do certame será convocada para encaminhar proposta nos termos do item 12.1 deste Edital; e

9.3.5 o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

CAPÍTULO X – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

10.1 Neste certame não se aplica o direito de preferência previsto no Decreto Federal nº 7.174/2010.

CAPÍTULO XI – DA COTA RESERVADA

11.1 Tendo em vista a especificidade do objeto que compõe a presente licitação, não haverá cota reservada para as entidades preferenciais prevista no art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011.

CAPÍTULO XII – DA NEGOCIAÇÃO

12.1 O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o



critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas no edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

CAPÍTULO XIII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, contado da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo XV – Modelo de Proposta, juntamente com a documentação complementar relativa à habilitação (Capítulo XIII);

13.2. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, ao Serviço de Licitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, localizada no 2º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Edifício Palácio Costa e Silva, CEP 70075-901, Brasília-DF.

13.3 O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste capítulo, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

13.4 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

13.5 Para efeito do julgamento da habilitação e da proposta, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem suas substâncias, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital e anexo(s).

13.7 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



CAPÍTULO XIV – DA HABILITAÇÃO

14.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

14.2 O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que as supram.

14.3 O licitantes deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

- I. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- II. declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012
- III. Prova de regularidade da licitante com a fazenda Distrital, somente para os tributos relativos à atividade licitada;
- IV. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, serviços semelhantes ao objeto licitado. Deverá(ão) constar as especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados que comprove(m) a realização pela licitante de prestação de serviços de fornecimento do(s) item(ens) a que concorre;

14.3.1 A não apresentação dos documentos constantes dos incisos I e III, não implicará em inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de sua consulta via Internet.

14.4 As empresas que apresentarem quaisquer dos índices calculados na qualificação econômico-financeira do SICAF (Índice Liquidez Geral – LG, Índice de Solvência Geral – SG e Índice de Liquidez Corrente – LC) com valor igual ou menor do que 1 (um), deverão comprovar capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31 da Lei nº 8.666/1993, como exigência imprescindível para sua habilitação.

14.5 O Pregoeiro poderá, ainda, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.



14.6 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços conforme item 13.1, por meio da opção “Enviar anexo” do sistema Comprasnet, em prazo idêntico ao estipulado no mencionado item.

14.7 Em caráter de diligência, o pregoeiro poderá solicitar, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, nos termos do item 13.2 deste Edital, bem como correções ou omissões na proposta e documentação remetidas.

14.8 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

14.9 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

14.10 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

14.11 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.12 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.13 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.14 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda a este Edital.



14.15 Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante com proposta de menor preço por item será declarado vencedor.

CAPÍTULO XV – DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 Não se exigirá demonstração dos serviços/produtos ofertados.

CAPÍTULO XVI – DO RECURSO

16.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

16.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

16.1.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a por ausência de algum pressuposto de admissibilidade, em campo próprio do sistema.

16.1.3 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

16.2 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar, a partir do encerramento da fase de lances, vista dos autos, que permanecerão franqueados aos recorrentes no Serviço de Licitação do TCDF.

16.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

16.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



CAPÍTULO XVII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não tenha havido recurso.

17.2 A homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

CAPÍTULO XVIII – DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 Nesta licitação não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO XIX – DO CONTRATO

19.1 Sem prejuízo do Capítulo III da Lei 8.666/93, o presente Edital, seu(s) Anexo(s) e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato a ser assinado (Anexo XVI).

19.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

19.2.1 O prazo de que trata este item poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

19.3 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Edital, sem anuência prévia da Contratante.

19.4 As condições de garantia e assistência técnica, quando aplicáveis, observarão o disposto neste Edital e as regras do Código de Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO XX – DA VIGÊNCIA/EXECUÇÃO

20.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, caso haja interesse da Administração, até o limite



máximo de 60 (sessenta) meses, desde que mantidas as mesmas condições exigidas na habilitação, sendo seu extrato publicado no DODF, a expensas do Contratante.

CAPÍTULO XXI – DO REAJUSTE/REACTUAÇÃO DE PREÇOS

21.1 Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente pela variação acumulada do INPC, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data da entrega da proposta e a data de aniversário de apresentação da proposta, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = valor do reajustamento;

V = valor do contrato;

I_1 = nº índice do INPC relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_0 = nº índice do INPC relativo à data de entrega da proposta;

21.1.1 Para cálculo de I_1 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:

I_1 = nº índice do INPC relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_A = nº índice do INPC do mês anterior ao reajuste;

I_B = nº índice do INPC do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário da apresentação da proposta;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.



21.1.2 Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

onde:

I_0 = nº índice do INPC relativo a data de entrega da proposta;

I_C = nº índice do INPC do mês anterior ao da entrega da proposta;

I_D = nº índice do INPC do mês da entrega da proposta;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês da entrega da proposta e a data de sua entrega;

D_0 = nº de dias corridos do mês da entrega da proposta.

21.1.3 Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar. Caberá à Contratada efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

21.1.4 A periodicidade prevista no item 21.1 poderá ser reduzida por legislação superveniente.

CAPÍTULO XXII – DA FISCALIZAÇÃO

22.1 A Fiscalização e controle da execução dos serviços, objeto deste Edital, será exercida por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do Contratante, devendo o mesmo franquear a Contratada livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 03, de 22.12.1997.

22.2 A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.



22.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do Contratante:

22.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

22.3.2 Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelo fabricante do equipamento, ou ainda esteja em desacordo com o Termo de Referência ou com o contrato assinado ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do Contratante.

22.4 O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequados, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a Contratada com os ônus decorrentes do fato.

22.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CAPÍTULO XXIII – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1 O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias úteis da comunicação escrita do contratado, mediante relatório de execução dos serviços referente à obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993.

23.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite do objeto.

23.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou Comissão, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor ou a Comissão discriminará em



termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a Contratada com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no Termo de Referência.

23.4 À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis previstas no Termo de Referência.

23.5 O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CAPÍTULO XXIV – DO PAGAMENTO

24.1 Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a Contratada emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela Contratada.



24.1.1 Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

24.1.2 O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

24.2 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal.

24.3 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

24.4 Se, por qualquer motivo alheio à vontade do Contratante, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

24.5 O documento de cobrança referente à obrigação contratual cumprida deverá corresponder ao mês comercial e será protocolizada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao que se refere.

24.6 Caso o Contratante não cumpra o prazo estipulado no item 24.1, pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

24.7 Se a Contratada for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

24.8 Nenhum pagamento será feito à Contratada caso o(s) fornecimento(s)/serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses ser refeitos pela Contratada de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.



CAPÍTULO XXV – DAS PENALIDADES

25.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

25.2 O Contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

25.3 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com a multa administrativa prevista neste capítulo.

25.4 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o valor do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

25.4.1 As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

25.5 Pela inexecução parcial/total do ajuste, o Contratante poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada multa administrativa de 15% (quinze por cento) sobre o valor inadimplido do contrato.

25.6 No caso de aplicação de multa moratória ou da multa prevista no item 24.5, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste Capítulo.

25.7 As multas tratadas neste Capítulo serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente do Contratante ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.



CAPÍTULO XXVI – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

26.1 Constituem obrigações do Contratante, em especial:

- a) receber o objeto contratado nos termos da Cláusula XXIII deste edital;
- b) efetuar o pagamento do objeto deste Edital, nos termos da Cláusula XXIV, mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

CAPÍTULO XXVII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1 Constituem obrigações da Contratada, em especial:

- a) prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;
- b) cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I deste pregão;
- c) cumprir orientação do fiscal/executor do contrato;
- d) ressarcir ao Contratante quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

27.2 A Contratada fica compelida a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CAPÍTULO XXVIII – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

28.1 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

CAPÍTULO XXIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 São partes integrantes deste Edital o Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Especificações Técnicas Comuns), Anexo III (Modelo, Características e Especificações da



Carteira de Identificação Funcional de Conselheiro), Anexo IV (Modelo, Características e Especificações da Carteira de Identificação Funcional de Auditor), Anexo V (Modelo, Características e Especificações da Carteira de Identificação Funcional de Presidente do TCDF), Anexo VI (Modelo, Características e Especificações da Carteira de Identificação Funcional de Vice - Presidente do TCDF), Anexo VII (Modelo, Características e Especificações da Carteira de Identificação Funcional de Procurador do Ministério Público Junto ao TCDF), Anexo VIII (Modelo, Características e Especificações da Carteira de Identificação Funcional de Procurador-Geral do Ministério Público Junto ao TCDF), Anexo IX (Modelo, Características e Especificações da Carteira de Identificação Funcional de Auditor de Controle Externo do TCDF), Anexo X (Modelo, Características e Especificações do Porta-Documentos de Conselheiro, Auditor, Procurador, Presidente e Vice-Presidente do TCDF, e Procurador-Geral do Ministério Público Junto ao TCDF), Anexo XI (Modelo, Características e Especificações do Porta-Documentos de Auditor de Controle Externo do TCDF), Anexo XII (Modelo, Características e Especificações do Porta-Documentos de Cargo de Natureza Especial do TCDF), Anexo XIII (Termo de Compromisso de Sigilo), Anexo XIV (Planilha Estimativa de Preços), Anexo XV (Modelo da Proposta de Preços) e Anexo XVI (Minuta do Contrato) .

29.2 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Edital e submissão total às normas nele contidas.

29.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

29.4 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste pregão.

29.5 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

29.6 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.



29.7 Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCDF, sem prejuízo do disposto no art. 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

29.8 Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital nº 5.061/2013, c/c o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, é estritamente vedado o uso de mão-de-obra infantil.

29.8.1 O uso ou emprego da mão-de-obra infantil poderá constituir motivo para a rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

29.9 Em caso de dúvida sobre o Edital é conveniente o contato com o Serviço de Licitação, via fones (61) 3314-2742 ou 3314-2147, das 13h00 às 18h30, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários, sem prejuízo do disposto no item 3.5.

29.10 O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica (Anexos I a XII) poderá ser realizado no Serviço de Cadastro Funcional (SECAF), situado no 3º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Praça do Buriti/DF, ou pelo telefone (61) 3314-2132, no horário das 13h00 às 19h30.

29.11 Para todos os atos praticados em decorrência deste edital deverá sempre ser observado o horário de Brasília.

CAPÍTULO XXVII – DO FORO

27.1 Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao presente pregão.

Brasília - DF, em 12 de novembro de 2013.

Alessandra Ribeiro Astuti
Pregoeira



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2013

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

1.1. Contratação de serviços contínuos de empresa(s) especializada(s) para confecção e fornecimento sob demanda de carteiras funcionais e porta-documentos, em regime de empreitada por preço unitário, nos termos das especificações técnicas constantes nos Anexos II a XII, divididos da seguinte forma:

ITEM I – Confecção e fornecimento de carteiras funcionais (7 modelos), incluindo serviços de elaboração de layout, diagramação, editoração eletrônica, acabamento, revisão, impressão, e fornecimento de carteiras de identificação funcional preenchidos com os dados funcionais e pessoais, de acordo com a demanda no período 24 (vinte e quatro) meses.

ITEM II – Confecção e fornecimento de porta-documentos (8 modelos), incluindo serviços de elaboração de layout, diagramação, editoração eletrônica, acabamento, revisão, confecção, e fornecimento de porta documentos porta-documentos, de acordo com a demanda no período 24 (vinte e quatro) meses.

2. Fundamentação da Contratação

1.1. Necessidade da contratação

2.1.1. Atender a demanda da instituição e de suas unidades em relação à identificação funcional dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e de seus respectivos servidores, nos termos das Resoluções TCDF nºs: 256/2013 e 262/2013.

2.2. Motivação

2.2.1. De acordo com o art. 53, inciso VIII da Resolução TCDF nº 263/13, compete à Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep), por intermédio do Serviço de Cadastro Funcional (Secaf), expedir documentos de identificação funcional dos servidores e autoridades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

2.2.2. Com a edição das Resoluções TCDF nºs 256 /13 e 262/13, foram instituídos novos modelos de carteiras para a identificação funcional dos Conselheiros, dos Auditores (Conselheiros–substitutos), dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito, e dos Auditores de Controle Externo.



- 2.2.3. Ressalta-se que as carteiras de identificação funcional dos membros e servidores, utilizadas atualmente no Tribunal de Contas do Distrito Federal, encontram-se defasadas em relação à legislação e tecnologias vigentes, carecendo de aspectos de qualidade e segurança.
- 2.2.4. Dessa forma, a reformulação é necessária para adotar um padrão visual novo, sóbrio e condizente com o perfil solene dessa Corte de Contas, bem como para substituir os atuais modelos, que são simples e frágeis, por novos tipos de carteiras funcionais confeccionadas com base em novas tecnologias de segurança e de proteção contra falsificações.
- 2.2.5. As novas carteiras de identificação funcional e porta documentos deverão ser elaboradas de acordo com apurada técnica e elevados parâmetros de qualidade.
- 2.2.6. Para garantir esses níveis é necessária a contratação de serviços especializados, a serem prestados por profissionais qualificados e experiência comprovada. O TCDF não conta com profissionais especializados em design e serviços gráficos. Assim, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecer os produtos em questão.

2.3. Resultados a serem alcançados

- 2.3.1. Atender ao disposto nas Resoluções TCDF nºs: 256/13 e 262/13, com o fornecimento de carteiras de identificação funcional e porta documentos com o padrão de qualidade e segurança exigidos no presente Termo de Referência.

3. Descrição do Objeto

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA		QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	MODELO ESPECIFICAÇÃO
		1ª fase	2ª fase		
		90 dias úteis	Reposição		
1	Carteira de identificação funcional. Conselheiros	14	5	19	ANEXO III
	Carteira de identificação funcional. Auditores (Conselheiros-substitutos)	8	5	13	ANEXO IV
	Carteira de identificação funcional. Presidente do TCDF	1	1	2	ANEXO V
	Carteira de identificação funcional. Vice-Presidente do TCDF	1	1	2	ANEXO VI
	Carteira de identificação funcional. Procurador do Ministério Público junto ao TCDF	7	1	8	ANEXO VII
	Carteira de identificação funcional. Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF	1	1	2	ANEXO VIII
	Carteira de identificação funcional. Auditor de Controle Externo do TCDF.	250	30	280	ANEXO IX
Quantitativo Total Estimado		282	44	326	



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA		QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	MODELO E ESPECIFICAÇÃO
		1ª fase 90 dias úteis	2ª fase Reposição		
		PREENCHIDOS	ESTIMATIVA		
2	Porta documento, para a carteira de identificação funcional de Conselheiro do TCDF	30	2	32	ANEXO X
	Porta documento, para a carteira de identificação funcional de Auditor (Conselheiro substituto) do TCDF	15	1	16	ANEXO X
	Porta documento, para a carteira de identificação funcional de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF	15	1	16	ANEXO X
	Porta documento, para a carteira de identificação funcional de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF	10	1	11	ANEXO X
	Porta documento, para a carteira de identificação funcional de Presidente do TCDF	10	1	11	ANEXO X
	Porta documento, para a carteira de identificação funcional de Vice-Presidente do TCDF	10	1	11	ANEXO X
	Porta documento, para a carteira de identificação funcional de Auditor de Controle Externo	300	10	310	ANEXO XI
	Porta documento para carteira de identificação funcional de ocupante de cargo de natureza especial	50	2	52	ANEXO XII
Quantitativo Total Estimado		440	19	459	

3.1 Os quantitativos apresentados são estimados e o pagamento será por carteira ou porta-documentos efetivamente entregue.

3.2 As especificações técnicas referentes aos requisitos de qualidade e segurança comuns a todos os modelos de carteiras funcionais constam no ANEXO II do Edital.

3.3 Os modelos, as características e as especificações particulares de cada modelo de carteira funcional constam nos ANEXOS III a IX do Edital.

3.4 Os modelos e as especificações dos porta-documentos constam nos ANEXOS X a XII do Edital.

3.5 Os dados pessoais e funcionais e fotografias dos membros e servidores necessários ao preenchimento das carteiras funcionais serão fornecidos pelo CONTRATANTE em meio eletrônico.

3. A 1ª fase dos serviços compreende a concepção das carteiras de identificação funcional e dos porta-documentos, incluindo serviços de elaboração de layout, diagramação, editoração eletrônica, acabamento, revisão, bem como o fornecimento inicial aos servidores do TCDF.

3.7 A 2ª fase corresponde aos serviços relativos à substituição das carteiras de identificação funcional e porta-documentos em razão de perda, danificação ou atualização de dados cadastrais de servidores.



4. Modelo de Prestação dos Serviços

4.1 Na execução dos serviços deverão ser observadas a padronização visual das carteiras de identidade e do Porta-documentos, a aplicação uniforme de materiais, tecnologias e padrões de qualidade e segurança.

4.2 Na execução dos serviços deverá ser observada a interdependência entre os produtos, de modo a não comprometer a qualidade e a assegurar a padronização visual das carteiras e a aplicação uniforme de materiais, tecnologias e padrões de qualidade.

4.3 Os serviços serão executados sob demanda, e o regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

4.4 Sem prejuízo do disposto no Capítulo III da Lei 8.666/93, o presente Termo de Referência, seu(s) Anexo(s) e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes do contrato a ser assinado.

4.5 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Edital, sem anuência prévia da Contratante.

4.6 As carteiras e porta documentos deverão ser entregues no Serviço de Cadastro Funcional (SECAF), sito à Praça do Buriti, Edifício Anexo do TCDF, 3º Andar, Cep. 70.075-901, fones: (61) 3314-2132, e-mail: secaf@tc.df.gov.br, no horário regimental do TCDF, compreendido de 12h às 19h.

5. Mecanismos de Gestão Contratual

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADE

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define a CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

5.1.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1. Executor ou Comissão de Fiscalização do Contrato: é o servidor ou comissão de servidores designados pelo contratante, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos serviços;

5.1.2.2. Preposto: funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal com o contratante,



incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.2.1. Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

5.2.2. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

5.2.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados.

5.2.4. Informar à contratada, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

5.2.5. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas dependências.

5.2.6. Atender as solicitações de esclarecimentos e pedidos de informações, assim como de validação de amostras, em tudo quanto for necessário à fiel execução dos serviços.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

5.3.1. Dispor dos equipamentos necessários aos serviços de impressão das carteiras de identificação funcional e de confecção dos porta-documentos, necessários ao perfeito cumprimento dos serviços com a qualidade e nos prazos previstos neste termo de referência.

5.3.2. Elaborar a arte dos documentos, layout, diagramação, editoração eletrônica, tratamento e seleção de imagens, acabamento, prova digital em impressora a laser, prova analógica, revisão, confeccionar o projeto de acordo com a especificação, entregar cópias impressas e bem como em meio magnético, sem proteção de senha ou qualquer meio que restrinja o acesso aos dados, textos, valores, fórmulas ou códigos de programação.

5.3.3. Submeter previamente os produtos à aprovação pela CONTRATANTE, em até 3 (três) etapas de provas e ajustes dos modelos, e realizar os ajustes que forem exigidos para garantir o perfeito atendimento das especificações deste projeto. As etapas de prova e avaliação da qualidade e adequação dos produtos por parte da CONTRATANTE não excederão a 5 (cinco) dias úteis.

5.3.4. Promover alterações eventualmente solicitadas pelo executor, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data da comunicação;

5.3.5. Entregar a primeira versão para prova em até 20 (vinte) dias úteis, contados da expedição da ordem de serviço;

5.3.6. Corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da comunicação efetuada pelo executor;



5.3.7. O prazo para o fornecimento das carteiras de identificação funcional e dos portadocumentos, de acordo com a demanda, será de 30 (trinta) dias úteis, contados da formalização do pedido junto à Contratada.

5.3.8. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento empreendidos pelo contratante;

5.3.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93;

5.3.10. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste projeto básico, além de sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.3.11. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. A fiscalização e controle da execução dos serviços, objeto deste Edital, será exercida por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos da CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à Contratada livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF no 03, de 22.12.1997.

5.4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

5.4.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do Contratante:

5.4.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

5.4.3.2. Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste termo de referência, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens da CONTRATANTE.

5.4.4. O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequados, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.



5.4.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.5. DO RECEBIMENTO DO PRODUTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.5.1. O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, no prazo de 5(cinco) dias úteis, referente à parcela da obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;

b) definitivamente, ao término da vigência do contrato, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993.

5.5.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite do objeto.

5.5.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou pela Comissão, acarretará o não recebimento. Discriminar-se-ão, em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

5.5.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

5.5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.5.6. No caso de bens importados, deverão ser comprovadas sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, comprovações estas que deverão ser apresentadas no momento de sua entrega, sob pena de rescisão contratual e multa.

5.6. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

5.6.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável nos termos do disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

5.6.4. Os demais prazos a serem observados encontram-se estabelecidos no Item 5.3 do presente Termo de Referência.



5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA protocolizará, junto ao CONTRATANTE, Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.7.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.7.3. O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

5.7.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal. Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos (cópia autenticada em cartório ou acompanhada de original), emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.7.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.7.6. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

5.7.7. O documento de cobrança referente à obrigação contratual cumprida deverá corresponder ao mês comercial e será protocolizada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao que se refere.

5.7.8. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.6.1, pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7.9. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.10. Nenhum pagamento será feito à Contratada caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses ser refeitos pela Contratada de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.



5.8. DA PROPRIEDADE, DO SIGILO E RESTRIÇÕES

5.8.1. A Contratada deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o Tribunal, devendo firmar o termo de compromisso de sigilo nos termos do ANEXO XIII.

5.8.2. Os produtos resultantes da prestação de serviços ora contratados, tais como: desenhos, projetos, diagramas, e layouts, serão de propriedade patrimonial exclusiva da CONTRATANTE, nos termos do artigo 111 da Lei nº. 8.666/1993.

5.9. DO REAJUSTE

5.9.1. Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente pela variação acumulada do INPC, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data da entrega da proposta e a data de aniversário de apresentação da proposta, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = valor do reajustamento;

V = valor do contrato;

I1 = nº índice do INPC relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I0 = nº índice do INPC relativo à data de entrega da proposta;

5.9.2. Para cálculo de I1, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:

I1 = nº índice do INPC relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

IA = nº índice do INPC do mês anterior ao reajuste;

IB = nº índice do INPC do mês em que ocorrer o reajuste;

d1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário da apresentação da proposta;

D1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.



5.9.3. Para cálculo do I0, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

onde:

I0 = nº índice do INPC relativo a data de entrega da proposta;

IC = nº índice do INPC do mês anterior ao da entrega da proposta;

ID = nº índice do INPC do mês da entrega da proposta;

d0 = nº de dias decorridos entre o início do mês da entrega da proposta e a data de sua entrega;

D0 = nº de dias corridos do mês da entrega da proposta.

5.9.4. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar. Caberá à Contratada efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

5.9.5. A periodicidade prevista no item 5.8.1 poderá ser reduzida por legislação superveniente.

5.10. DA GARANTIA:

5.10.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

5.11. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.11.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela contratada será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências;

5.11.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as partes.

6. Estimativa de Preço.

6.1 Por meio de pesquisa de preços realizada no mercado potencial e nos preços praticados na Administração Pública, obteve-se o seguinte perfil de valores para as carteiras de identificação funcional e porta-documentos:

Item	Especificação do objeto	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Carteira	326	218,67	71.286,42



Item	Especificação do objeto	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
2	Porta-Documentos	459	164,33	75.427,47
TOTAL				146.713,89

6.2. Dessa forma, o valor estimado para o: ITEM I é de até R\$ 71.286,42 (setenta e um mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), correspondendo a um valor unitário por carteira de identificação funcional de R\$218,67 (duzentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos); ITEM II é de até R\$75.427,47 (setenta e cinco mil quatrocentos e vinte sete reais e quarenta e sete centavos), ao preço unitário de R\$164,33 (cento e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos) por porta-documento, totalizando para a contratação o montante de R\$146.713,89 (cento e quarenta e seis mil setecentos e treze reais e oitenta e nove centavos).

7. Da Adequação Orçamentária

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. As demais informações quanto à fonte, natureza da despesa, programa de trabalho e o código de subatividade devem ser prestadas pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade na tramitação do Processo.

8. Das Sanções Aplicáveis.

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.2. O Contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com a multa administrativa.

8.4. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o custo do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

8.5. As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

8.6. Pela inexecução parcial/total do ajuste, o Contratante poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor inadimplido do contrato.

8.7. No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste Capítulo.

8.8. As multas tratadas neste item serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada



mediante depósito em conta corrente do Contratante ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

9. Critérios de Seleção do Fornecedor

9.1. Propõe-se que seja adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência.

9.2. Os serviços a serem contratados, enquadram-se na categoria de serviço comum, nos termos do Decreto nº 3.555/2000, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem contratados por meio de Pregão Eletrônico.

9.3. No preço cotado deverá ser incluído todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.4. DA HABILITAÇÃO:

9.4.1. Além da habilitação parcial, por meio do SICAF, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

I. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, serviços semelhantes ao ITEM do objeto licitado. Deverá(ão) constar as especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados que comprove(m) a realização pela licitante de prestação de serviços de fornecimento de carteira de identificação funcional e / ou porta-documentos;

II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

III. Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

10. Disposições Gerais

10.1 Em caso de dúvida técnica é conveniente o contato do interessado com o Serviço de Cadastro Funcional (SECAF) do TCDF, localizada no 3º Andar do Edifício anexo, telefone (61) 3314 2132, das 13h às 19h00.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

Pág. 35 de 64

10.2 Em caso de dúvida relativa ao certame é conveniente o contato do interessado com o Serviço de Licitação deste Tribunal, localizada no 2º Andar do Edifício Anexo, fones (61) 3314-2202/3314-2147, fax 3314-2219, das 13h às 18h30.

11. Dos Responsáveis Pelo Projeto

11.1 São responsáveis pelo projeto o Chefe do Serviço de Cadastro Funcional e o Supervisor de Planejamento da Contratação.

Terezinha de Jesus Mendes de Oliveira	Leonardo José Alves Leal Neri
Chefe do Serviço de Cadastro Funcional	Supervisor de Planejamento da Contratação



Pregão Eletrônico nº 58/2013
ANEXO II
Especificações Técnicas Comuns

Requisitos de qualidade e segurança comuns a todos os modelos de Carteiras de Identificação Funcional.

- a) Formato: dimensões admissíveis entre 5,5 x 7,5 cm a no máximo 6,5 x 8,5 cm;
- b) Material: papel filigranado, marca d'água, gramatura especial, própria para a impressão de documentos que precisam de defesas antireprodução;
- c) Elementos de segurança: fundo de segurança numismático duplex; fundo com efeito anti-scanner; fundo com tramas duplex; guilhoche negativo em talho doce; microletras negativa e positiva; microletras com falha técnica; microletras duplex; calcografia; selo holográfico do TCDF; fundo anticopiativo e antiscanner;
- d) Características da fotografia: digital, fundo branco, traje formal, alta resolução (a ser disponibilizada pelo contratante);
- e) Impressão mediante processo e produtos de qualidade superior que impeçam a remoção por solventes químicos;
- f) Fundo de segurança: fundo artístico composto de desenho exclusivo envolvendo elementos decorativos inspirados nos símbolos do Distrito Federal, na logomarca e/ou na sigla do TCDF. Utilização de pigmentos especiais relativos e elementos gráficos de segurança integrados;
- g) Imagem de fundo integrada: degradê harmonioso entre a área do documento funcional e a área da foto e impressão digital.



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO III

Modelo, características e especificação da carteira de identificação funcional de CONSELHEIRO.



1) Dados e informações. Anverso:

- a) Os dizeres “República Federativa do Brasil”, “Tribunal de Contas do Distrito Federal”, em caixa alta e na cor azul escura, na parte superior central;
- b) Símbolo do brasão do Distrito Federal na parte superior esquerda, cores 100%;
- c) Espaço para inserção do nome completo do identificado, número da matrícula, número do registro geral de identidade civil, órgão emissor, número do CPF, nº da carteira, sexo, identificação do cargo, acrescido da situação funcional para os inativos, data do ingresso, sendo essas informações em letras maiúsculas, na cor preta;
- d) Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do titular do documento, na parte inferior;
- e) Tarja verde-amarela impressa no canto esquerdo, no sentido vertical, com a expressão Identidade Funcional em caixa alta, separada da parte direita do documento por linha composta por microletras com os dizeres: “Tribunal de Contas”, em caixa alta.

2) Dados e informações. Verso:

- a) Espaço para indicação, em caixa alta, na cor preta: filiação, naturalidade, data de nascimento, tipo sanguíneo, data de emissão, local e data da emissão da carteira funcional, descrição sucinta das principais prerrogativas do cargo previstas em lei;
- b) Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do responsável pela respectiva emissão;
- c) Indicação do cargo da autoridade que assina o cartão, abaixo do espaço para sua assinatura;
- d) Os dizeres “fé pública em todo território nacional”, em caixa alta e, abaixo, o número e a data da Resolução TCDF nº 256/13, em letras minúsculas com a inicial em maiúscula.



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO IV

Modelo, características e especificação da carteira de identificação funcional de AUDITOR



1) Dados e informações. Anverso:

- Os dizeres “República Federativa do Brasil”, “Tribunal de Contas do Distrito Federal”, em caixa alta e na cor azul escura, na parte superior central;
- Símbolo do brasão do Distrito Federal na parte superior esquerda, cores 100%;
- Espaço para inserção do nome completo do identificado, número da matrícula, número do registro geral de identidade civil, órgão emissor, número do CPF, nº da carteira, identificação do cargo, período do mandato, sendo essas informações em letras maiúsculas, na cor preta;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do titular do documento, na parte inferior;
- Tarja verde-amarela impressa no canto esquerdo, no sentido vertical, com a expressão Identidade Funcional em caixa alta, separada da parte direita do documento por linha composta por microletras com os dizeres: “Tribunal de Contas”, em caixa alta.

2) Dados e informações. Verso:

- Espaço para indicação, em caixa alta, na cor preta: filiação, naturalidade, data de nascimento, tipo sanguíneo, local e data da emissão da carteira funcional, referência à fundamentação legal do cargo eletivo e ao período do mandato;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do responsável pela respectiva emissão;
- Indicação do cargo da autoridade que assina o cartão, abaixo do espaço para sua assinatura;
- Os dizeres “fé pública em todo território nacional”, em caixa alta e, abaixo, o número e a data da Resolução TCDF nº 256/13, em letras minúsculas com a inicial em maiúscula.



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO V

**Modelo, características e especificação da carteira de identificação funcional de
PRESIDENTE DO TCDF**



1) Dados e informações. Anverso:

- Os dizeres “República Federativa do Brasil”, “Tribunal de Contas do Distrito Federal”, em caixa alta e na cor azul escura, na parte superior central;
- Símbolo do brasão do Distrito Federal na parte superior esquerda, cores 100%;
- Espaço para inserção do nome completo do identificado, número da matrícula, número do registro geral de identidade civil, órgão emissor, número do CPF, nº da carteira, identificação do cargo, período do mandato, sendo essas informações em letras maiúsculas, na cor preta;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do titular do documento, na parte inferior;
- Tarja verde-amarela impressa no canto esquerdo, no sentido vertical, com a expressão Identidade Funcional em caixa alta, separada da parte direita do documento por linha composta por microletras com os dizeres: “Tribunal de Contas”, em caixa alta.

2) Dados e informações. Verso:

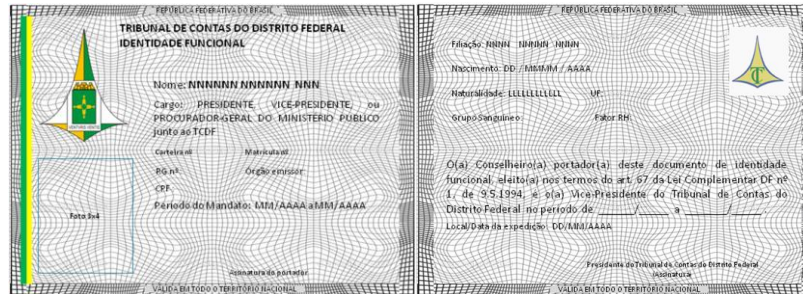
- Espaço para indicação, em caixa alta, na cor preta: filiação, naturalidade, data de nascimento, tipo sanguíneo, local e data da emissão da carteira funcional, referência à fundamentação legal do cargo eletivo e ao período do mandato;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do responsável pela respectiva emissão;
- Indicação do cargo da autoridade que assina o cartão, abaixo do espaço para sua assinatura;
- Os dizeres “fé pública em todo território nacional”, em caixa alta e, abaixo, o número e a data da Resolução TCDF nº 256/13, em letras minúsculas com a inicial em maiúscula.



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO VI

**Modelo, características e especificação da carteira de identificação funcional de
VICE - PRESIDENTE DO TCDF**



1) Dados e informações. Anverso:

- Os dizeres “República Federativa do Brasil”, “Tribunal de Contas do Distrito Federal”, em caixa alta e na cor azul escura, na parte superior central;
- Símbolo do brasão do Distrito Federal na parte superior esquerda, cores 100%;
- Espaço para inserção do nome completo do identificado, número da matrícula, número do registro geral de identidade civil, órgão emissor, número do CPF, nº da carteira, identificação do cargo, período do mandato, sendo essas informações em letras maiúsculas, na cor preta;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do titular do documento, na parte inferior;
- Tarja verde-amarela impressa no canto esquerdo, no sentido vertical, com a expressão Identidade Funcional em caixa alta, separada da parte direita do documento por linha composta por microletras com os dizeres: “Tribunal de Contas”, em caixa alta.

2) Dados e informações. Verso:

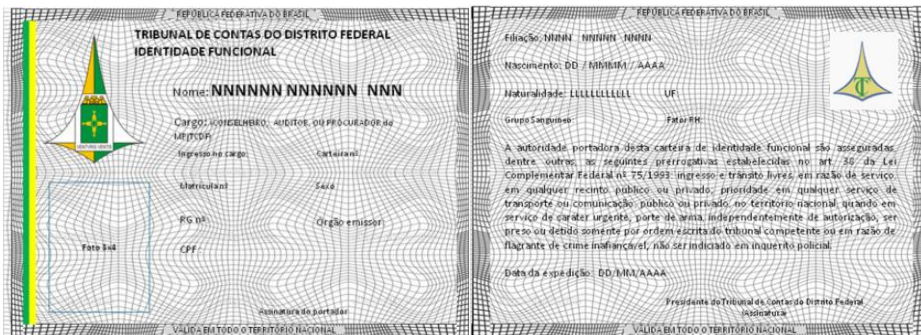
- Espaço para indicação, em caixa alta, na cor preta: filiação, naturalidade, data de nascimento, tipo sanguíneo, local e data da emissão da carteira funcional, referência à fundamentação legal do cargo eletivo e ao período do mandato;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do responsável pela respectiva emissão;
- Indicação do cargo da autoridade que assina o cartão, abaixo do espaço para sua assinatura;
- Os dizeres “fé pública em todo território nacional”, em caixa alta e, abaixo, o número e a data da Resolução TCDF nº 256/13, em letras minúsculas com a inicial em maiúscula.



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO VII

**Modelo, características e especificação da carteira de identificação funcional de
PROCURADOR do Ministério Público Junto ao TCDF**



1) Dados e informações. Anverso:

- Os dizeres “República Federativa do Brasil”, “Tribunal de Contas do Distrito Federal”, em caixa alta e na cor azul escura, na parte superior central;
- Símbolo do brasão do Distrito Federal na parte superior esquerda, cores 100%;
- Espaço para inserção do nome completo do identificado, número da matrícula, número do registro geral de identidade civil, órgão emissor, número do CPF, nº da carteira, identificação do cargo, período do mandato, sendo essas informações em letras maiúsculas, na cor preta;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do titular do documento, na parte inferior;
- Tarja verde-amarela impressa no canto esquerdo, no sentido vertical, com a expressão Identidade Funcional em caixa alta, separada da parte direita do documento por linha composta por microletras com os dizeres: “Tribunal de Contas”, em caixa alta.

2) Dados e informações. Verso:

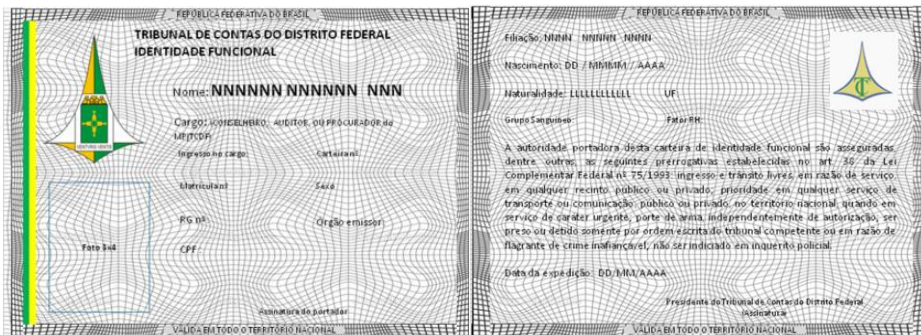
- Espaço para indicação, em caixa alta, na cor preta: filiação, naturalidade, data de nascimento, tipo sanguíneo, local e data da emissão da carteira funcional, referência à fundamentação legal do cargo eletivo e ao período do mandato;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do responsável pela respectiva emissão;
- Indicação do cargo da autoridade que assina o cartão, abaixo do espaço para sua assinatura;
- Os dizeres “fé pública em todo território nacional”, em caixa alta e, abaixo, o número e a data da Resolução TCDF nº 256/13, em letras minúsculas com a inicial em maiúscula.



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO VIII

**Modelo, características e especificação da carteira de identificação funcional de
PROCURADOR-GERAL do Ministério Público Junto ao TCDF**



1) Dados e informações. Anverso:

- Os dizeres “República Federativa do Brasil”, “Tribunal de Contas do Distrito Federal”, em caixa alta e na cor azul escura, na parte superior central;
- Símbolo do brasão do Distrito Federal na parte superior esquerda, cores 100%;
- Espaço para inserção do nome completo do identificado, número da matrícula, número do registro geral de identidade civil, órgão emissor, número do CPF, nº da carteira, identificação do cargo, período do mandato, sendo essas informações em letras maiúsculas, na cor preta;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do titular do documento, na parte inferior;
- Tarja verde-amarela impressa no canto esquerdo, no sentido vertical, com a expressão Identidade Funcional em caixa alta, separada da parte direita do documento por linha composta por microletras com os dizeres: “Tribunal de Contas”, em caixa alta.

2) Dados e informações. Verso:

- Espaço para indicação, em caixa alta, na cor preta: filiação, naturalidade, data de nascimento, tipo sanguíneo, local e data da emissão da carteira funcional, referência à fundamentação legal do cargo eletivo e ao período do mandato;
- Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do responsável pela respectiva emissão;
- Indicação do cargo da autoridade que assina o cartão, abaixo do espaço para sua assinatura;
- Os dizeres “fé pública em todo território nacional”, em caixa alta e, abaixo, o número e a data da Resolução TCDF nº 256/13, em letras minúsculas com a inicial em maiúscula.



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO IX

**Modelo, características e especificação da carteira de identificação funcional de
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO DO TCDF**



1 Especificações de segurança e qualidade:

- a) Formato: 9,5 x 6,5cm (aberto);
- b) Material: papel filigranado, gramatura 94g/m², marca d'água, próprio para a impressão de documentos que precisam de defesas antireprodução;
- c) Fundo em gradiente;
- d) Elementos de segurança: fundo de segurança numismático duplex; fundo com efeito anti-scanner; fundo com tramas duplex; guilhoche negativo em talho doce; microletras negativa e positiva; microletras com falha técnica; microletras duplex; calcografia; selo holográfico do TCDF; fundo anticopiativo e antiscanner;
- e) Características da fotografia: digital, fundo branco, traje formal, formato 3X4, resolução acima de 300 DPIs;
- f) Impressão mediante processo e produtos de qualidade superior que impeçam a remoção por solventes químicos;
- g) Fundo de segurança: fundo artístico composto de desenho exclusivo envolvendo elementos decorativos inspirados nos símbolos do Distrito Federal, na logomarca e/ou na sigla do TCDF. Utilização de pigmentos especiais relativos a elementos gráficos de segurança integrados;



h) Imagem de fundo integrada: degradê harmonioso entre a área do documento funcional e a área da foto e impressão digital.

2 – Dados e informações:

2.1 - No anverso:

- a) Os dizeres “IDENTIDADE DE CONTROLE EXTERNO”, “Distrito Federal”, em caixa alta e na cor azul 100%, na parte superior central, e “ESTA IDENTIDADE TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL”, em caixa alta, na cor azul 100%, na parte inferior central;
- b) Símbolo do brasão do Distrito Federal na parte superior centro direita, cores 100%, secundado pela expressão “TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”, fonte Arial bold – 16, destaque em negrito;
- c) Espaço para inserção da fotografia do portador da carteira no canto superior esquerdo, e abaixo, no canto inferior esquerdo, opcionalmente, um campo para aposição da impressão digital do identificado;
- d) Espaço para inserção do nome completo do identificado, número da matrícula, número da carteira, cargo efetivo em letra/fonte Arial bold 16, em caixa alta, com destaque em negrito;
- e) Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do titular do documento, na parte inferior centro direita;
- f) Tarja verde-amarela impressa no sentido diagonal, no canto superior direito.

2.2 - No verso:

- a) Campos para inserção da filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número da identidade e órgão emissor, data de emissão da carteira, CPF, e tipo sanguíneo; sendo essas informações em caixa alta, na cor preta;
- b) Campo centralizado para aposição de mensagem contendo as prerrogativas legais asseguradas aos Auditores de Controle Externo no exercício de suas atividades, fonte arial – 11;
- c) Espaço para aposição do local, e da data da expedição da carteira, dia mês e ano;
- d) Espaço para aposição da assinatura manual ou digitalizada do emissor do documento, na parte inferior central.

Obs.: Os dados e informações especificados nos itens 2.1 e 2.2 acima poderão ser reposicionados para atendimento de necessidades técnicas quando da elaboração da arte final e impressão gráfica.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

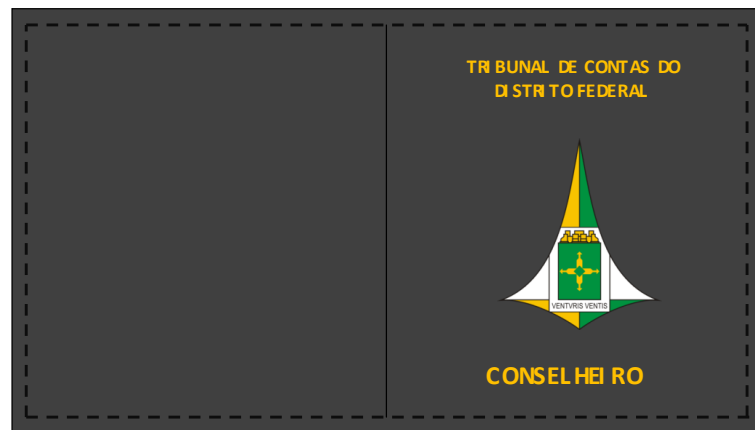
Pág. 45 de 64

Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO X

Modelo, características e especificação do porta-documentos de CONSELHEIRO, AUDITOR, PROCURADOR, PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE do TCDF, e PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCDF

FACE EXTERNA



FACE INTERNA



- Peça em couro preto 100% natural, nas dimensões 113 x 166 mm, para os Conselheiros e Auditores (Conselheiros substitutos), e na cor vermelha para os membros do MPJTCDF;
- A 3 cm da borda superior, centralizada, inscrição em caixa alta "TRIBUNAL DE CONTAS", Arial Bold, tamanho 18, letra e marca por timbragem a seco, ou em cor dourada;
- Posicionado ao centro da face frontal do porta-documentos, o brasão do Distrito Federal em alto relevo, seguindo abaixo a expressão "DISTRITO FEDERAL", mantendo a proporção da marca;



d) No verso da face frontal do porta-documentos, costurada ao centro, compartimento em material transparente de qualidade superior, de 103 mm de comprimento e 72 mm de largura, para colocação e ostentação do verso e anverso da carteira de Identificação Funcional

e) Posicionada à esquerda, na face interna e externa do porta-documentos, a 3 cm da borda superior, centralizada, inscrição em caixa alta “TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”, Arial Bold, tamanho 14, letra em cor dourada;

f) Posicionado ao centro da face interna e externa esquerda do porta-documentos, brasão metalizado do Distrito Federal, seguindo abaixo a IDENTIFICAÇÃO DO CARGO, Arial Bold, tamanho 18, letra em cor dourada.

Obs 1.: Os dados, as informações e as especificações contidas nos itens 1 a 4 acima poderão ser reposicionadas e/ou readequadas para atendimento de necessidades técnicas e ajustes aos modelos e dimensões dos documentos de identificação funcional.

Obs 2.: O brasão metalizado terá as seguintes dimensões máximas:

Vertical: 4,00 cm, com variação dimensional de $\pm 0,50$ cm

Horizontal: 4,00 cm, com variação dimensional de $\pm 0,50$ cm



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

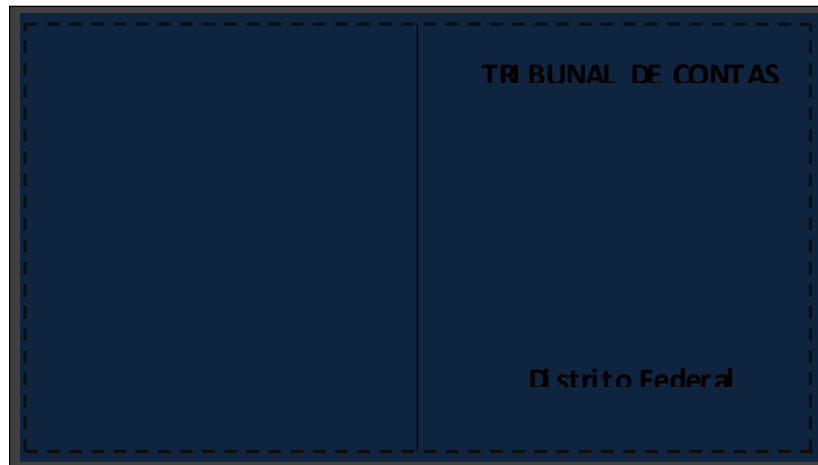
Pág. 47 de 64

Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO XI

Modelo, características e especificação do porta-documentos de AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO DO TCDF

FACE EXTERNA



FACE INTERNA



a) Peça em couro 100% natural, cor a escolher mediante amostras, nas dimensões 113 x 166 mm;

b) A 3 cm da borda superior, centralizada, inscrição em caixa alta "TRIBUNAL DE CONTAS", Arial Bold, tamanho 18, letra e marca por timbragem a seco, ou em cor preta;



c) Posicionado ao centro da face frontal do porta-documentos, o brasão do Distrito Federal em baixo relevo, seguindo abaixo a expressão “DISTRITO FEDERAL”, mantendo a proporção da marca;

d) No verso da face frontal do porta-documentos, costurada ao centro, compartimento em material transparente de qualidade superior, de 103 mm de comprimento e 72 mm de largura, para colocação e ostentação do verso e anverso da carteira de Identificação Funcional

e) Posicionada à esquerda, na face interna e externa do porta-documentos, a 3 cm da borda superior, centralizada, inscrição em caixa alta “TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”, Arial Bold, tamanho 14, letra em cor preta;

f) Posicionado ao centro da face interna e externa esquerda do porta-documentos, brasão do Distrito Federal, na cor preta, seguindo abaixo a identificação do cargo, Arial Bold, tamanho 18, letra em cor dourada.

Obs 1.: Os dados, as informações e as especificações contidas nos itens 1 a 4 acima poderão ser reposicionadas e/ou readequadas para atendimento de necessidades técnicas e ajustes aos modelos e dimensões dos documentos de identificação funcional.

Obs 2.: O brasão metalizado terá as seguintes dimensões máximas:

Vertical: 4,00 cm, com variação dimensional de $\pm 0,50$ cm

Horizontal: 4,00 cm, com variação dimensional de $\pm 0,50$ cm



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

Pág. 49 de 64

Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO XII

Modelo, características e especificação do porta-documentos de CARGO DE NATUREZA ESPECIAL DO TCDF

FACE EXTERNA



FACE INTERNA



- Peça em couro 100% natural, cor a escolher mediante amostras, nas dimensões 113 x 166 mm;
- A 3 cm da borda superior, centralizada, inscrição em caixa alta "TRIBUNAL DE CONTAS", Arial Bold, tamanho 18, letra e marca por timbragem a seco, ou em cor preta;
- Posicionado ao centro da face frontal do porta-documentos, o brasão do Distrito Federal em baixo relevo, seguindo abaixo a expressão "DISTRITO FEDERAL", mantendo a proporção da marca;



d) No verso da face frontal do porta-documentos, costurada ao centro, compartimento em material transparente de qualidade superior, de 103 mm de comprimento e 72 mm de largura, para colocação e ostentação do verso e anverso da carteira de Identificação Funcional

e) Posicionada à esquerda, na face interna e externa do porta-documentos, a 3 cm da borda superior, centralizada, inscrição em caixa alta “TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”, Arial Bold, tamanho 14, letra em cor preta;

f) Posicionado ao centro da face interna e externa esquerda do porta-documentos, brasão do Distrito Federal, na cor preta, seguindo abaixo a identificação do cargo CARGO DE NATUREZA ESPECIAL, Arial Bold, tamanho 18, letra em cor dourada.

Obs 1.: Os dados, as informações e as especificações contidas nos itens 1 a 4 acima poderão ser reposicionadas e/ou readequadas para atendimento de necessidades técnicas e ajustes aos modelos e dimensões dos documentos de identificação funcional.

Obs 2.: O brasão metalizado terá as seguintes dimensões máximas:

Vertical: 4,00 cm, com variação dimensional de $\pm 0,50$ cm

Horizontal: 4,00 cm, com variação dimensional de $\pm 0,50$ cm



Pregão Eletrônico nº 58/2013
ANEXO XIII
Termo de Compromisso de Sigilo

Pelo _____ presente _____ instrumento, eu

RG: _____, CPF: _____, representante legal da empresa
_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____,
comprometo-me a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que
tiver acesso em função das atividades desempenhadas, em razão da execução dos serviços
contratados no âmbito do Pregão nº ___/2013 ou da relação contratual mantida com o Tribunal, sob
forma escrita, verbal, ou qualquer outro meio de comunicação.

Por ser verdade, firmo o presente.

Brasília, em ___ de _____ de 2013.

Nome:



Pregão Eletrônico nº 58/2013
ANEXO XIV
PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Qtde.	Qtde. por modelo	Descrição	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)
1	326	19	Carteira de Identificação Funcional. Conselheiros	218,67	71.286,42
		13	Carteira de Identificação Funcional. Auditores (Conselheiros-Substitutos)		
		2	Carteira de Identificação Funcional. Presidente do TCDF.		
		2	Carteira de Identificação Funcional. Vice-Presidente do TCDF		
		8	Carteira de Identificação Funcional. Procurador do Ministério Público junto ao TCDF		
		2	Carteira de Identificação Funcional. Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF		
		280	Carteira de Identificação Funcional. Auditor de Controle Externo do TCDF		
2	459	32	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Conselheiro do TCDF	164,33	75.427,47
		16	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Auditor (Conselheiro Substituto) do TCDF		
		16	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF		
		11	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF		
		11	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Presidente do TCDF		
		11	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Vice – Presidente do TCDF		
		310	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Auditor de Controle Externo		
		52	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Cargo de Natureza Especial		
TOTAL GERAL					146.713,89



Pregão Eletrônico nº 58/2013

ANEXO XV

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A **NOME DA LICITANTE**, por meio de seu representante, vem apresentar proposta de preços de fornecimento do(s) item(ens) **integrante(s) do(s) Lote(s) nº(s) ____**, do Pregão Eletrônico Nº ____/ 2013, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme abaixo:

Item	Qtde.	Qtde. por modelo	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	326	19	Carteira de Identificação Funcional. Conselheiros		(*)
		13	Carteira de Identificação Funcional. Auditores (Conselheiros-Substitutos)		
		2	Carteira de Identificação Funcional. Presidente do TCDF.		
		2	Carteira de Identificação Funcional. Vice-Presidente do TCDF		
		8	Carteira de Identificação Funcional. Procurador do Ministério Público junto ao TCDF		
		2	Carteira de Identificação Funcional. Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF		
		280	Carteira de Identificação Funcional. Auditor de Controle Externo do TCDF		
2	459	32	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Conselheiro do TCDF		(*)
		16	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Auditor (Conselheiro Substituto) do TCDF		
		16	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF		
		11	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF		
		11	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Presidente do TCDF		
		11	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Vice – Presidente do TCDF		
		310	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Auditor de Controle Externo		
		52	Porta Documento, para carteira de identificação funcional de Cargo de Natureza Especial		
TOTAL GERAL					

(*) VALOR A SER LANÇADO NO SISTEMA COMPRASNET

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

Pág. 54 de 64

Declaração: A NOME DA LICITANTE declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Endereço:

CNPJ:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2013

ANEXO XVI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA _____ PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO SOB DEMANDA DE _____ PARA O TCDF (PROCESSO Nº 26272/2013).

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma do seu Regimento Interno, doravante denominado Contratante, e a empresa _____, com sede no _____, CNPJ/MF nº _____, inscrita no nº _____, representada por seu Sr. _____, CI nº _____, doravante denominada Contratada, celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação dos serviços de confecção e fornecimento sob demanda de _____, referente ao Pregão Eletrônico nº ____/2013 do TCDF, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão executados na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de até R\$ _____(_____) para o período de 24 meses, em parcelas mensais, correspondendo aos serviços de confecção e fornecimento sob demanda de _____, pelo valor unitário de R\$ _____ (_____), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária referida na Nota de Empenho nº ____/2013.

3.2 Todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais para execução dos serviços, bem como alimentação, atendimento médico, uniformes, transporte a seus empregados, correrão por conta da CONTRATADA, a qual se responsabilizará, inteiramente, por



todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os serviços ora contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA

4.1 Não foi exigida a garantia contratual prevista no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93 para proceder à assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal, correspondente à quantidade de cartões funcionais efetivamente confeccionados, que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.1.1 Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.1.2 O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

5.2 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), o Instituto Nacional de Seguridade Social (CND/INSS), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal. Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos (cópia autenticada em cartório ou acompanhada de original), emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.3 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

5.4 Se, por qualquer motivo alheio à vontade do Contratante, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.



5.5 O documento de cobrança referente à obrigação contratual cumprida deverá corresponder ao mês comercial e será protocolizada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao que se refere.

5.6 Caso o Contratante não cumpra o prazo estipulado no item 5.1, pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7 Se a Contratada for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8 Nenhum pagamento será feito à Contratada caso o(s) fornecimento(s)/serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses ser refeitos pela Contratada de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

6.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do Contratante, imputada à conta do crédito consignado no orçamento do Contratante, com o seguinte enquadramento:

Programa de Trabalho		Natureza da Despesa	FT
Código Subatividade	Descrição		

e no(s) próximo(s) exercício(s) ficará vinculada ao orçamento correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, caso haja interesse da Administração, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que mantidas as mesmas condições exigidas na habilitação, sendo seu extrato publicado no DODF, a expensas do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

8.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº ____/2013;



8.1.2 o atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

8.1.3 o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

8.1.4 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do Contratante, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

8.1.5 a decretação de falência;

8.1.6 a dissolução da sociedade;

8.1.7 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Contrato, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

8.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

8.1.9 subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato, sem a anuência prévia da Contratante; e

8.1.10 uso ou emprego da mão-de-obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

9.1 Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local que se encontrar;

II - execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

III - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federa pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



10.2 O Contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

10.3 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com a multa administrativa prevista neste capítulo.

10.4 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o valor do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

10.4.1 As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

10.5 Pela inexecução parcial/total do ajuste, o Contratante poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada multa administrativa de 15% (quinze por cento) do valor inadimplido do contrato.

10.6 No caso de aplicação de multa moratória ou da multa prevista no item 10.5, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste Capítulo.

10.7 As multas tratadas neste Capítulo serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente do Contratante ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Constituem obrigações do Contratante, em especial:

11.1.1 receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Quarta deste contrato.

11.1.2 efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula Quinta, mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

11.1.3 cumprir as obrigações previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº ___/2013 e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Constituem obrigações da Contratada, em especial:

12.1.1 prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração.



12.1.1 cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico n.º ___/2013.

12.1.1 cumprir orientação do fiscal/executor do Contrato;

12.1.1 ressarcir ao Contratante quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

12.2 A Contratada fica compelida a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A Fiscalização e controle da execução dos serviços, objeto deste Edital, será exercida por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do Contratante, devendo o mesmo franquear a Contratada livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 03, de 22.12.1997.

13.2 A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

13.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do Contratante:

13.3.1 – Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

13.3.2 – Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelo fabricante do equipamento, ou ainda esteja em desacordo com o Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º ___/2013 ou com o contrato assinado ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do Contratante.

13.4 O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequados, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a Contratada com os ônus decorrentes do fato.



13.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.6 A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias úteis da comunicação escrita do contratado, mediante relatório de execução dos serviços referente à obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993.

14.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite do objeto.

14.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou Comissão, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor ou a Comissão discriminará em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a Contratada com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no Termo de Referência.

14.4 À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis previstas no Termo de Referência.



14.5 O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO REAJUSTE/REACTUAÇÃO DE PREÇOS

15.1 Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente pela variação acumulada do INPC, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data da entrega da proposta e a data de aniversário de apresentação da proposta, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = valor do reajustamento;

V = valor do contrato;

I_1 = nº índice do INPC relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_0 = nº índice do INPC relativo à data de entrega da proposta;

15.1.1 Para cálculo de I_1 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:

I_1 = nº índice do INPC relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_A = nº índice do INPC do mês anterior ao reajuste;

I_B = nº índice do INPC do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário da apresentação da proposta;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.



15.1.2 Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

onde:

I_0 = nº índice do INPC relativo a data de entrega da proposta;

I_C = nº índice do INPC do mês anterior ao da entrega da proposta;

I_D = nº índice do INPC do mês da entrega da proposta;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês da entrega da proposta e a data de sua entrega;

D_0 = nº de dias corridos do mês da entrega da proposta.

15.1.3 Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar. Caberá à Contratada efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

15.1.4 A periodicidade prevista no item 15.1 poderá ser reduzida por legislação superveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

17.1 O teor do Edital e seus anexos, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 58/2013, seus anexos e a proposta da Contratada são partes integrantes deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO

18.2 Fica eleito o Foro do Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

Pág. 64 de 64

18.3 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual se extraíram 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, ___ de _____ 2013

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

